

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA APARECIDA CONSOLIM CARVALHO DA SILVA

A UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA GLOBAL REPORTING
INITIATIVE (GRI) NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA
BM&F/BOVESPA

CURITIBA

2015

PATRÍCIA APARECIDA CONSOLIM CARVALHO DA SILVA

A UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA GLOBAL REPORTING
INITIATIVE (GRI) NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA
BM&F/BOVESPA

Monografia apresentada ao Programa do
Curso de Especialização em Contabilidade e
Finanças do Departamento de Contabilidade
do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Bernardes
Voese

CURITIBA
2015

“O mal somente se pode exterminar se for atacado pela raiz através da educação, não por essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas pela que tende a fazer homens de bem. A educação, convenientemente entendida, constitui a chave do progresso moral.”

(KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. 14^a ed. Rio de Janeiro: FEB, 2007, p. 448).

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de lembrar aqui de todos quantos, de maneira direta ou indireta, prestaram sua contribuição para que pudesse concretizar um sonho, que é a obtenção do título de pós-graduada por uma das maiores e mais respeitadas instituições de ensino superior do país e do mundo que é a Universidade Federal do Paraná.

Esse título tem o sabor do suor de quem parte em busca de seus objetivos, impelida quase que por uma força sobrenatural – embora saiba que todas as coisas estão na natureza – vez que o esforço despendido para a realização do curso mostrou-se necessariamente maior do que se imaginava.

Com efeito, para além do rigor e das exigências próprias que os estudos e os professores imprimiam nas atividades acadêmicas, fez-se necessário vencer o cansaço pelas longas jornadas de viagens semanais, a fim de que pudesse deslocar-me da minha querida Wenceslau Braz até a belíssima capital do Estado, distante cerca de 300 Km.

Parafraseando o grande professor da Universidade da Califórnia, John Schaar, o futuro não é um lugar para o qual estamos caminhando inexoravelmente, mas sim, é um lugar que estamos construindo. Sabedora disso, não me importei em esforçar-me nesta empreitada pela aventura da educação, que nada mais é que a aventura da busca pela construção de um lugar melhor no futuro.

Com esse propósito firme, fui amplamente agraciada com a amorosa e fraternal presença de verdadeiros anjos ao meu lado, que me impulsionaram e me deram meios concretos de poder realizar meu objetivo.

Dando o *start* ao grande sonho, a Profa. Márcia Maria S. Bortolucci Espejo foi quem, por primeiro, encampou meu sonho e disse-me as primeiras palavras de incentivo quando tivemos a oportunidade de conversar na entrevista de admissão ao curso. Tomando ciência da distância em que residia, mas também sabendo do fervor com que me direcionava para o objetivo final, não deixou de incentivar-me e impulsionar-me para o caminho do aprendizado e do conhecimento. Meu muito obrigado.

Na pessoa da Profa. Márcia Maria Bortolucci agradeço a todos os professores do curso, sem exceção, cada qual com seu jeito e seu método, contudo todos imbuídos do desejo de nos transmitir seus melhores conhecimentos para nosso

crescimento, pessoal e profissional.

De modo especial, agradeço à minha orientadora, Profa. Simone Bernardes Voese, pessoa amabilíssima, a qual de bom coração, com grande gentileza e atenção, aceitou o desafio e orientou-me nos meandros da pesquisa científica. Sei que ainda sou muito limitada e incipiente na pesquisa, e que todas as falhas e incompletudes deste trabalho devem-se à mim, unicamente, vez que a grandiosidade da profa. Simone jamais poderá ser colocada em dúvida pelas eventuais falhas ou mediocridade deste trabalho.

Agradeço imensamente à Sra. Anézia Pereira Eduardo e sua filha e grande amiga Maria Cecília Eduardo, a qual, mais que amiga, verdadeira irmã, as quais abriram sua casa ao longo desse ano inteiro de estudos para que pudesse ter um local de repouso e refazimento, compartilhando não somente a casa, mas acima de tudo amor, carinho e desprendimento em favor de minha pessoa. Graças a elas essa jornada foi vencida com maior alegria e conforto.

Aos amigos de jornada, pelos bons momentos compartilhados, pudemos crescer ainda mais como pessoas, convivendo com diferentes realidades. O aprendizado foi incomensurável. Em especial agradeço à Cláudia Ramos, à Márcia Santos, Bruno Marques e Camila Pegoraro, pela grande amizade que me proporcionaram, espíritos alegres que, pelas razões que só o Criador entende, vieram a coroar nosso relacionamento acadêmico com a amizade sincera que perdurará, por certo, ao longo de todas nossas vidas.

À família querida, meu pai Antonio Consolim, minha mãe Irandina de Jesus Consolim, humildes trabalhadores das lides rurais do interior do Paraná, da amada terra de Quatiguá, que me viu crescer por meio de suas árvores, ruas e quintais, agradeço pela vida, pela educação e por terem-me feito pessoa de bem, que aprendeu o valor de ser forte e lutar pela vida. À eles minha gratidão eterna, a qual, por maior que seja, jamais alcançará, à altura, toda a abnegação, dedicação e amor com que me educaram. Por tudo que tenho e que sou, devo a eles.

Ao Ronny Carvalho da Silva, professor, advogado, marido (e agora pai), por ter sido meu motorista e companheiro por todo o período do curso, viajando comigo todos os finais de semana, incentivando-me, elevando meu espírito para não esmorecer na caminhada, sempre com alegria e entusiasmo. Por todo esse esforço e companheirismo meus sinceros agradecimentos.

Não bastasse todos essas alegrias vividas graças ao reconhecimento da

amizade e do carinho de tantos quantos se fizeram presentes em minha vida para que meu objetivo fosse realidade, também eu e meu marido fomos enormemente presentados pela nossa primeira filhinha – Cecília – a qual foi concebida no último mês do curso, coroando esse período como o verdadeiro divisor de águas em nossas vidas, em prol da construção de nosso futuro e desse admirável mundo novo que nos espera na maternidade e paternidade. Seja bemvinda minha vida!!!

Por tudo e por todos, é a Deus que elevo meu último e mais efusivo agradecimento. Ele que é a inteligência suprema e causa primeira de todas as coisas, exoramos nossos maiores e melhores sentimentos de gratidão. “Não a nós Senhor, não a nós, mas ao Vosso nome dai glória.” (Salmo 115:1).

Dedico este singelo trabalho à minha querida filha Cecília.
Minha vida.

RESUMO

SILVA, P.A.C.C.

UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA BM&F/BOVESPA

A sustentabilidade empresarial passou a ser uma variável de grande importância para a tomada de decisões das organizações empresariais, de modo que os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passaram a ser preocupações da chamada contabilidade social. Índices de sustentabilidade passaram a ser elaborados com base em relatórios, visando o estabelecimento de padrões que pudessem ser apreciados pelo mercado, proporcionando a aferição dos padrões de comprometimento da organização com a sustentabilidade. O presente estudo, dessa forma, objetiva definir sustentabilidade empresarial e a Global Reporting Initiative (GRI), sua missão e princípios; examinar o funcionamento do relatório GRI; identificar e definir as informações padrão do relatório GRI; identificar e definir os indicadores de desempenho constantes do relatório GRI e seus aspectos fundamentais; descrever o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE e, por fim, correlacionar os indicadores de desempenho do ISE com os do GRI verificando o nível de aproximação dos indicadores utilizados. Pelo que se pôde concluir, o relatório GRI é o de maior relevância na atualidade, sendo detalhista e complexo, ao passo que o relatório ISE é conciso, simplificado e com nível de aproximação de 65,55% do relatório GRI.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade empresarial; índices de sustentabilidade. Global Reporting Initiative-GRI; Índice de Desenvolvimento Sustentável – ISE.

ABSTRACT

SILVA, P.A.C.C

USE OF ESSENTIAL INDICATORS GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) INDEX ON CORPORATE SUSTAINABILITY (ISE) OF BM&F/Bovespa

Corporate sustainability has become a variable of great importance to the decision-making of business organizations, so that the concepts of sustainability and sustainable development are now concerns the so-called social accounting. Sustainability indices began to be developed on the basis of reports, for the establishment of standards that could be appreciated by the market, providing the measurement of the organization's commitment to sustainability standards. This study, therefore, aims to define corporate sustainability and the Global Reporting Initiative (GRI), its mission and principles; examine the functioning of the GRI report; identify and define the default information of the GRI report; identify and define the performance indicators contained in the GRI report and its key aspects; describe the Corporate Sustainability Index - ISE and finally correlate the ISE performance indicators with GSI checking the level of approximation of the indicators. From what one might conclude, the GRI report is the most relevant today, with detailed and complex, while the ISE report is concise, simplified and level of approximation of 65.55% of the GRI report.

Key-words: Sustainable development; Corporate sustainability; sustainability indexes. Global Reporting Initiative, GRI; Sustainable Development Index – ISE.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Ramificação da ciência contábil	18
Quadro 1: Resumo da metodologia ISE	23
Quadro 2: Conteúdo padrão GRI	28
Quadro 3: Resumo das dimensões e critérios do ISE	37
Quadro 4: Resumo de distribuição dos indicadores GRI	38
Quadro 5: Resumo da distribuição dos indicadores ISE	39
Quadro 6: Comparação de conteúdos e indicadores GRI x ISE	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	11
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.3	OBJETIVOS	12
1.3.1	Objetivo geral	12
1.3.2	Objetivo específico	12
1.4	JUSTIFICATIVA	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	A SUSTENTABILIDADE E SUA INSERÇÃO NA CONTABILIDADE	15
2.2	A GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)	19
2.2.1	Missão e Princípios	20
2.3	O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE DA BM&F/BOVESPA	22
3	METODOLOGIA	25
4	ANÁLISE DE DADOS	27
4.1	OS RELATÓRIOS GRI E ISE E SUAS INFORMAÇÕES PADRÃO	27
4.2	O NÍVEL DE APROXIMAÇÃO DOS INDICADORES ISE / GRI	38
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O crescimento econômico de uma nação atrela-se inquestionavelmente ao crescimento de seu setor produtivo, nomeadamente das empresas que aglutinam em torno de si meios de produção, recursos humanos e tecnológicos.

Crescer, portanto, é sempre o objetivo das empresas, a fim de manterem-se sempre ativas e produtivas no cenário econômico, proliferando seus bens, suas filosofias e sua imagem, sempre com vistas à sua sustentabilidade econômica e financeira.

No entanto, com o advento das preocupações ambientais, a questão do crescimento empresarial passou a ser encarado a partir de uma perspectiva do crescimento sustentável, diante da inquestionável constatação de é preciso atrelar ao crescimento a variante da sustentabilidade, a fim de ser assegurado a manutenção dos recursos naturais necessários à continuidade das atividades humanas, assegurando às futuras gerações o direito de também terem meios de produção, assegurando a vida e as atividades empresariais.

Igualmente, a preocupação social passou a ser uma das variáveis para se medir a sustentabilidade da empresa, sob a ótica de que a empresa, para crescer de modo a contemplar a melhora da qualidade de vida das pessoas em seu entorno e a sociedade em geral.

Uma empresa, na atualidade, portanto, não pode pensar em crescimento sem igualmente buscar a sustentabilidade social e ambiental nesse processo de crescimento, pelo que, a avaliação do desempenho na sua sustentabilidade deve ser uma das preocupações das corporações.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Tendo em vista que a questão do desenvolvimento sustentável empresarial é uma preocupação indissociável da atividade empresarial na atualidade, torna-se necessário o estudo e o aprofundamento dos métodos e práticas úteis à sua mensuração, dentro do conceito de avaliação empresarial.

Sabe-se que a sustentabilidade empresarial é importante fator de

desempenho positivo da empresa, que melhor atingirá suas finalidades econômicas quanto mais souber aliar seu crescimento à índices satisfatórios de preocupação social e ambiental, tornando-se, desta feita, uma empresa sustentável socialmente e ambientalmente. Tal preocupação tem amparo na constatação de que tais índices refletirão sobremaneira no nível de planejamento que a empresa possui no longo prazo, de manter-se ativa e produtiva no mercado, pelo que, não poderá se dissociar de tais preocupações.

No que tange à questão da sustentabilidade empresarial, existem o diversos índices que enumeram as empresas escalonadas em níveis que evidenciam aquelas mais sustentáveis. Dentre tais, destaca-se o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE – divulgado pela Bolsa de Mercadorias e Futuro e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F/Bovespa), que reflete objetivamente nos valores das ações das empresas participantes do índice e que possuem suas ações no balcão da referida bolsa de valores.

Diante da situação posta, a questão de pesquisa orientativa da presente investigação é a seguinte: Qual o nível de evidenciação das informações de sustentabilidade das empresas financeiras referenciadas no ISE em relação aos indicadores do relatório GRI?

1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar se os indicadores de desempenho propostos pela GRI estão contemplados no ISE e qual a intensidade com que tais indicadores de desempenho propostos pela GRI estão contemplados pelas principais instituições financeiras participantes do ISE.

1.3.2 Objetivo específico

- a) Definir sustentabilidade empresarial.
- b) Definir Global Reporting Initiative (GRI), sua missão e princípios.
- c) Examinar o funcionamento do relatório GRI.
- d) Identificar e definir as informações padrão do relatório GRI.

- e) Identificar e definir os indicadores de desempenho constantes do relatório GRI e seus aspectos fundamentais.
- f) Descrever o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.
- g) Correlacionar os indicadores de desempenho do ISE com os do GSI verificando o nível de aproximação dos indicadores utilizados.

1.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica pelo interesse crescente das empresas na elaboração de índices que possam mensurar a sustentabilidade social e ambiental, como importante fator de valorização da marca e de seus valores mobiliários no mercado de capitais.

Ademais, tendo em vista o trabalho exercido junto à uma instituição financeira que tem se destacado pela indicação de índices satisfatórios de sustentabilidade (Itaú), considera-se relevante uma análise comparativa do ISE das diferentes instituições concorrentes, buscando compreender como são mensurados e qual o método utilizado para a elaboração do relatório ISE.

Como bem se sabe, a avaliação de desempenho tornou-se tão relevante, que é impossível pensar em gerenciar uma organização sem um processo sistemático de avaliação de desempenho (MÜLLER, 2003), com efeito, avaliar o desempenho de uma empresa é condição invariável para o crescimento da empresa.

No entanto, tem-se que o crescimento de uma corporação deve se dar de maneira social e ambientalmente sustentável, através de uma visão integrada dos resultados sociais, ambientais e econômicos, tendo uma visão de longo prazo, preocupada com os interesses e os direitos das gerações futuras, bem como com os da sociedade atual.

Avaliar corretamente a sustentabilidade empresarial é, portanto, de suma importância na atualidade, de modo que, os resultados dessa avaliação influir decisivamente na imagem da empresa, valorizando – ou não – seus ativos financeiros e seus valores mobiliários lançados no balcão do mercado de capitais, refletindo, assim, na sua maior ou menor competitividade e lucratividade.

Assim, dentre os relatórios de sustentabilidade, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) desenvolvido pela BM&F/Bovespa, apresenta-se como importante relatório de avaliação dos indicadores de sustentabilidade

empresarial no cenário das grandes empresas.

Daí a necessidade de conhecer melhor suas características e informações, bem como sua estrutura e metodologia de elaboração, compreendo quais informações são relevantes e utilizadas na sua confecção, tendo por referencial teórico os indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* (GRI), haja visto a importância desse organismo no desenvolvimento e dinamização global de diretrizes mais adequadas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade confiáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SUSTENTABILIDADE E SUA INSERÇÃO NA CONTABILIDADE

Desde algum tempo a preocupação pelo que se convencionou chamar “desenvolvimento sustentável” passou a ser uma constante no meio empresarial, diante da constatação de que os recursos naturais, necessários ao desenvolvimento econômico, são escassos e limitados.

Conforme destaca Ribeiro (2013, p. 42):

Os primeiros movimentos para o desenvolvimento sustentável tiveram início e ascenderam a partir das preocupações propagadas nas décadas de 1970 e 1980. Os padrões de produção e consumo nas sociedades de economia industrial não tinham e nem poderiam ser mantidos, tendo-se em voga os recursos do planeta.

Conforme afirmado, a questão da sustentabilidade empresarial passou a ser uma variável de preocupação no âmbito das empresas. Com efeito, a partir da obra de Capra (2002), o conceito de sustentabilidade foi apresentado, de modo a inferir-se que a sociedade deveria buscar formas de se desenvolver sem comprometer a vida das futuras gerações.

Nesse sentido Ono (2010, p. 21) assim se refere:

Ao evidenciar ações que surgem em resposta à preocupação com as gerações futuras, se percebe a limitação dos recursos naturais, a degradação ambiental e o consumismo desenfreado, então alternativas para conter o desequilíbrio do sistema se apoiam no conceito de desenvolvimento sustentável.

Com efeito, conforme Conceição, Dourado e Silva (2012, p. 24):

Em consequência desse cenário, crescem as demandas pela constituição, aperfeiçoamento e utilização de práticas relativas ao processo de comunicação do desempenho socioambiental das companhias, em outras palavras, sua atuação em termos de sustentabilidade empresarial.

Salienta Corrêa (2003) que a clássica visão, na empresa, de busca por resultados econômicos, vem agora atrelada à necessidade de busca de resultados sócio-ambientais, visando, com isso, a maximização da relevância social da empresa, o que, por via indireta, representará em ganhos inequívocos à rentabilidade empresarial. Com efeito:

(...) a postura da empresa muda e passa a se basear na ideia de desenvolvimento sustentável, na qual os aspectos econômicos e ecológicos são compatíveis e que um aumento no desempenho ambiental acarreta em um aumento no desempenho econômico. A preocupação ambiental passa a ser uma vantagem competitiva, sendo identificado como um comportamento positivo das empresas (...). (CORRÊA, 2009, p. 24).

Igualmente, vê-se em Oliveira (2002, p. 5):

O conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: acionistas, empregados, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo, mercado, comunidade. A questão da Responsabilidade Social vai, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na responsabilidade social das relações e na geração de valor para todos.

Mas é preciso compreender quando e como essa perspectiva passa a ser objeto de preocupação no que tange à gestão empresarial. Pois bem, como se sabe, a partir da ECO Rio 92, estabeleceu-se importante marco na busca pela sustentabilidade ambiental, de modo que, desde então, o paradigma empresarial passou a buscar aliar sua atuação com a preservação dos recursos naturais.

Por sua vez, vê-se que já em 1987 a questão havia sido posta nos termos do Relatório Brundtland:

As próximas décadas serão vitais. É tempo de romper com os modelos do passado. Se tentarmos manter a estabilidade social e ecológica por meio das velhas estratégias de desenvolvimento e proteção ambiental, a instabilidade aumentará. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 25).

O Relatório Brundtland, apelido dado ao relatório Nosso Futuro Comum (1991), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, constam os

primeiros conceitos bem elaborados acerca do que se poderia entender por desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório em questão, desenvolvimento sustentável é aquele que “procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro.” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 44).

De igual modo, conforme BM&F/Bovespa (2012, p.37):

Esta abordagem, ao lado das melhores práticas de governança corporativa, cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sustentável para toda a sociedade neste planeta.

Com essa preocupação, as empresas passaram a adotar uma visão “sustentável” consistente na adoção de estratégias que levassem em conta as questões ambientais, sociais e econômicas, conforme a terminologia *Triple Bottom Line* (TBL) proposta por John Elkington. (ELKINGTON, 1994).

Assim, não só as questões econômicas passaram a ser objeto de preocupação das empresas mas, igualmente, aspectos de preservação ambiental e questões de relevância para a sociedade, entendendo a empresa como importante agente transformador da realidade social.

Salienta Ono (2010, p. 25):

Ainda na década de 90 o uso da expressão *triple bottom line* como sinônimo de desenvolvimento sustentável, tornou-se comum no meio empresarial e acadêmico. A abordagem visa racionalizar o desenvolvimento econômico que promova o crescimento, mas mantenha a inclusão social e minimize os impactos ambientais.

Desta forma, na atualidade, conforme indica Maia e Pires (2011): “o *triple bottom line* é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisões para gestores organizacionais.”

Nesta toada, conforme apontado por Scandelari (2011, p. 96): “um exemplo prático da adoção e implementação do triple bottom line são relatórios de sustentabilidade existentes em diversas empresas (...)”.

Igualmente, conforme destaca Ono (2010, p.32), “coloca-se a sinergia entre aspectos econômicos, social e ambiental, presentes no *triple bottom line*, como fundamental ao desenvolvimento sustentável.”

Diante de tal perspectiva, e face o documento firmado no encontro ECO Rio 92 e intitulado Agenda 21, a sustentabilidade passou a ser uma preocupação também da contabilidade.

Com efeito, ao se analisar a Agenda 21, em seu Capítulo 8, letra "d", vê-se que ficou estabelecida a necessidade do desenvolvimento de um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas. (KRAEMER, 2004).

Portanto, as informações contábeis, para além da busca pela transparência através de demonstrativos financeiros, passou a buscar, igualmente, o estabelecimento de demonstrativos sociais e ambientais como importante ferramenta de estratégia e avaliação de risco e criação de valor, seja pela perspectiva da corporação, seja na perspectiva dos investidores.

Logo, na esteira de Ono (2010, p.23):

A contabilidade se abriu à adoção de novos movimentos, adequando-se às necessidades das organizações, e esta ciência passou a usufruir e explorar o espaço e a demanda nas áreas social e ambiental, exercendo seu papel colaborativo na promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, a contabilidade passou a produzir informações sobre a responsabilidade social, demonstrando no balanço social os impactos sociais, econômicos e ambientais das empresas. (GODOY, 2007).

Logo, tem-se que esse ramo da contabilidade denominada "Contabilidade Social" passa a ser uma entre as demais ramificações já existentes na ciência contábil, conforme se vê da figura abaixo:

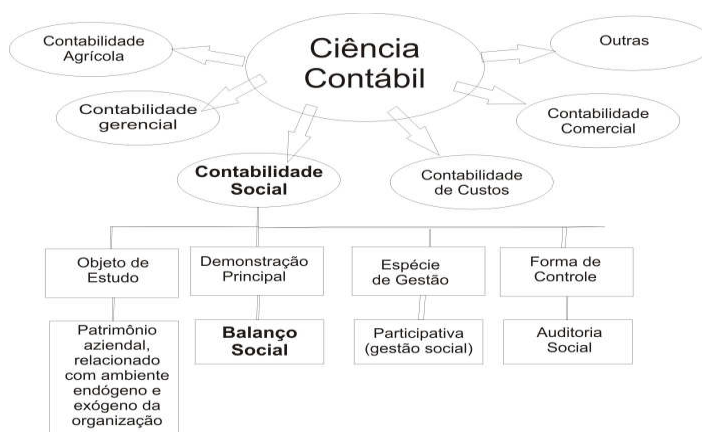


FIGURA 1 – RAMIFICAÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL

FONTE: KROETZ (2000, p. 52)

A elaboração de relatórios que indiquem os níveis de preocupação empresarial com a sustentabilidade passou a ser uma das atribuições das equipes envolvidas com a contabilidade das empresas, criando uma exigência de especialização por parte do setor produtivo em profissionais da área que possam atuar especificamente na elaboração de tais relatórios.

A fim de medir o desempenho das empresas no quesito de sustentabilidade empresarial sob o prisma de sua sustentabilidade social e ambiental, o mercado de capitais buscou o desenvolvimento de índices capazes de buscar essa aferição, em concreto, objetivando subsidiar os investidores na busca de empresas socialmente e ambientalmente mais eficazes.

Conforme salienta Beato, Souza e Parisotto (2009, p. 112):

Diante da necessidade de monitoramento de práticas sustentáveis, empresas de diversos segmentos, no Brasil e no mundo, vêm publicando relatórios socioambientais e utilizando indicadores para divulgar suas ações às partes interessadas, tendo como base diversos modelos existentes.

São exemplos de índices atrelados à medição da sustentabilidade empresarial, aferindo os níveis de responsabilidade social e ambiental corporativa, o índice *Dow Jones Sustainability Index*, criado em 1999 (Corrêa, 2009), posteriormente o relatório GRI e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F/Bovespa.

Buscar-se-á, na sequência, uma análise do GRI e do ISE, traçando um possível paralelo entre ambos, no que se refere aos indicadores utilizados na elaboração dos índices.

Com isso pretende-se um melhor conhecimento desse importante instrumento à disposição da comunidade de investidores.

2.2 A GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A GRI-Global Reporting Initiative (Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios) é uma organização internacional sediada em Amsterdã, na Holanda, mas que foi criada nos EUA em 1997 pela CERES – *Coalition for Environmentally Responsible* – em conjunto com a UNEP – *United Nation's Environment Programme*

(RAAR, 2002, p. 170 *apud* CARVALHO e SIQUEIRA, p.1), com o “objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade”. (GRI, 2006, p. I).

Trata-se de organização independente desde 2002, que conta com a participação ativa de representantes de diversas áreas de conhecimento, e é um centro de colaboração oficial do UNEP. (ONO, 2010).

Numa tentativa de serem gerados relatórios de sustentabilidade mais completos, padronizados e mais confiáveis, a *Global Reporting Initiative* – GRI, percebendo a fragilidade dos relatórios dessa natureza, lançou um guia de elaboração de relatórios de sustentabilidade denominado “Diretrizes GRI” (GRI, 2006).

Assim, os relatórios de sustentabilidade passam a ser elaborados tendo por diretrizes principais a transparência, inclusão, verificabilidade, abrangência, relevância, contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e periodicidade (GRI, 2006, p. 21 e ETHOS, 2006, pp. 7 e 8).

Conforme salienta Corrêa (2009, p. 25): “O GRI, com suas diretrizes claras e objetivas, possui grande importância na responsabilidade social e ambiental corporativa.”

2.2.1 Missão e Princípios

Conforme Ono (2010, p. 60): “A GRI tem como missão desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas em todo o mundo.” Para tanto, possui certos princípios que são destacados que devem nortear a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Conforme Corrêa (2009, p. 25), acerca das principais funções desses princípios:

garantir que os relatórios de sustentabilidade apresentem uma razoável e equilibrada consideração da situação do desempenho econômico, ambiental e social. Isso também facilita a comparação ao longo do tempo e entre as organizações, além de adicionar credibilidade às questões que preocupam os *stakeholders*.

Nos termos do GRI (2013, p.17):

Esse grupo de princípios orienta escolhas para garantir a qualidade das informações relatadas, inclusive da sua apresentação. As decisões relacionadas ao processo de preparação de informações a serem incluídas no relatório devem ser compatíveis com esses princípios. Todos eles são fundamentais para garantir uma transparência efetiva. A qualidade das informações permite que os *stakeholders* realizem avaliações consistentes e justas e tomem medidas adequadas.

No tocante aos princípios, sendo eles os orientadores da direção que se dará ao relatório pelas escolhas na sua elaboração e apresentação, são assim destacados pelo GRI:

Princípio do equilíbrio, segundo o qual “o relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral”. (GRI, 2013, p. 17). Também o princípio da comparabilidade, consistente em (GRI, 2013, p. 18):

A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos *stakeholders* analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.

Já por meio do princípio da exatidão, quer-se assegurar que “as informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização relatora”. (GRI, 2013, p. 18).

O princípio da tempestividade que significa que “a organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas”. (GRI, 2013, p.18).

Há ainda o princípio da clareza, pelo qual “a organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos *stakeholders* que usam o relatório”, e, por fim, o princípio da confiabilidade, em que “a organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.” (GRI, 2013, p.18).

Obedecidos tais princípios, o relatório de sustentabilidade estará em conformidade com os objetivos visados, que é o da maior confiabilidade nas

informações para melhores tomadas de decisões.

2.3 O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE DA BM&F/BOVESPA

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi o quarto índice criado no mundo tendo por objetivo a “mostrar o desempenho de mercado de uma carteira formada por empresas que adotam os princípios de gestão sustentável.” (MARCONDES e BACARJI, 2010, p. 18).

Trata-se de ação pioneira e levada adiante pela BM&F/Bovespa. Lançado em 2005 consolidou-se como “importante fator de indução das empresas na adoção de ações que contribuam com o desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO, 2013, p. 77), firmando-se como “uma das principais referências globais em indicadores de gestão e governança empresarial do planeta.” (MARCONDES e BACARJI, 2010, p. 16).

Conforme apontado por Corrêa (2009, p. 25), citando Villani e Ribeiro (2009):

(...)utilizaram os dados do ISE para medir a ecoeficiência empresarial das empresas componentes deste índice e citaram que a sustentabilidade empresarial pode ser alcançada por meio da manutenção de ações ecológicas que convergem para a ecoeficiência. Algumas atividades podem contribuir para a proteção do meio ambiente, mas não reduzem o impacto negativo do próprio negócio.

Conforme destaca Silva (2011, p. 178):

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Ribeiro (2013, p. 112) demonstra que a metodologia ISE baseia-se na análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BM&F/Bovespa e que preencham os requisitos de sustentabilidade baseados em: 1º) Eficiência econômica; 2º) Equilíbrio ambiental; 3º) Justiça Social; 4º) Governança corporativa.

Igualmente Ribeiro (2013, p. 113) salienta que o ISE diferencia as empresas com base nos níveis de “qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e

de mudanças climáticas.”

Abaixo vê-se o quadro resumo da metodologia ISE proposto por Ribeiro (2013, p. 114-115):

QUADRO 1 – RESUMO DA METODOLOGIA DO ISE

METODOLOGIA ISE	
APRESENTAÇÃO	O ISE é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial (no máximo 40). Tais ações são selecionadas entre as mais negociadas na BM&F/Bovespa em termos de liquidez, e são ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.
AÇÕES ELEGÍVEIS PARA O ÍNDICE	Composto pelos papéis de emissão das empresas melhor classificadas em termos de responsabilidade social e sustentabilidade (escolhidos dentre os mais líquidos da BM&F/Bovespa), de acordo com critérios de seleção e classificação referendados pelo Conselho Deliberativo do ISE
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO DE AÇÕES NO ÍNDICE	Integrará a carteira do ISE as ações que atenderem cumulativamente aos critérios de: <ol style="list-style-type: none"> 1) ser uma das 200 ações com maior índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação; 2) ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação; 3) atender aos critérios de sustentabilidade referendados pelo Conselho do ISE. *Companhias que estiverem sob regime de recuperação judicial, processo falimentar, situação especial, ou, ainda, que estiverem sujeitas a prolongado período de suspensão de negociação, não integrarão o índice.
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1) uma ação será excluída do índice, nas reavaliações periódicas, se deixar de atender a qualquer um dos critérios de inclusão; 2) Se, durante a vigência da carteira, a empresa emissora entrar em regime de recuperação judicial ou falência, as ações de sua emissão serão excluídas da carteira do índice. No caso de oferta pública que resultar em retirada de circulação de parcela significativa de ações do mercado, suas ações serão excluídas da carteira. Nessas eventualidades, serão efetuados os ajustes necessários para garantir a continuidade do índice. 3) O Conselho Deliberativo do ISE poderá, a qualquer momento, decidir pela exclusão de uma companhia da carteira do índice se entender que tenha ocorrido algum acontecimento que alterou significativamente seus níveis de sustentabilidade

	e responsabilidade social.
VIGÊNCIA DA CARTEIRA	A carteira teórica do índice terá vigência de um ano, sendo reavaliada utilizando-se os procedimentos e critérios integrantes na metodologia. A cada quadrimestre, ao final de abril, agosto e dezembro de cada ano, serão efetuadas reavaliações da carteira teórica do ISE para atualizar as informações relativas ao “Free Float” das ações integrantes da carteira, bem como para verificar se nenhum setor está ultrapassando o limite máximo de participação (de 15%).
CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO	<p>O ISE medirá o retorno de uma carteira teórica composta pelos papéis que atenderem a todos os critérios discriminados anteriormente, ponderados pelo respectivo valor de mercado – no tipo pertencente à carteira – de suas ações disponíveis para negociação ('free float'), ou seja, serão excluídas as ações de propriedade do controlador.</p> <p>A participação de um setor econômico no ISE (considerando todos os tipos de ações das empresas incluídas, e for o caso) não poderá ser superior a 15%, quando das reavaliações periódicas.</p>
CÁLCULO DO ÍNDICE	A BM&F/Bovespa calcula o ISE ao longo do período regular de negociação, considerando os preços dos últimos negócios efetuados no mercado à vista (lote-padrão) com ações componentes de sua carteira.

FONTE: RIBEIRO, 2013, p. 114-115.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho terá uma abordagem essencialmente qualitativa. Tal abordagem qualitativa procura descrever o fenômeno abordado sob um prisma diferente da abordagem quantitativa. (NASCIMENTO, 2002).

Assim, será preciso uma “imersão no contexto que será analisado” (GODOI; MELLO; SILVA, 2010, p. 97) de modo a extrair as conclusões que se buscam atingir.

Com efeito, conforme Neves (1996) a pesquisa qualitativa não tem preocupação na obtenção de dados numéricos mas o de descrever os componentes que integram um dado sistema que abrange vários significados.

Conforme Michel:

Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em ciências sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade. (MICHEL, 2009, p. 37)

Tem objetivos exploratórios e descritivos. Exploratório porque buscará o levantamento bibliográfico sobre o tema, “com o propósito de identificar informações e subsídios dos tópicos do referencial teórico” (MICHEL, 2009, p. 40). Por outro lado será também descritiva pois, através da presente pesquisa, buscar-se-á uma análise de um fenômeno ou fato delimitado, qual seja, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F/Bovespa e sua relação com os indicadores GRI (MICHEL, 2009).

Quanto aos procedimentos de pesquisa utilizar-se-á essencialmente a pesquisa bibliográfica.

Deve-se entender por procedimento “um dispositivo ordenado, um conjunto de procedimentos sistemáticos, utilizado para se obter um resultado desejado” (MICHEL, 2009, p. 50).

Ademais, ensina Salomon (2001) que bibliografia “é o conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escritas por vários autores, em épocas diversas, utilizando todas ou partes das fontes”. (SALOMON, 2001, p. 307).

Nesse sentido, a presente pesquisa será feita com base essencialmente na

pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 OS RELATÓRIOS GRI E ISE E SUAS INFORMAÇÕES PADRÃO

O modelo proposto pela GRI de relatório de sustentabilidade é o mais disseminado internacionalmente (ONO, 2010), sendo que até o ano de 2013 encontra-se em sua terceira edição – G3, cuja última revisão datava de 2006. No Brasil sua utilização tem sido crescente, figurando entre um dos modelos mais utilizados. (ONO, 2010, p. 60).

Ocorre que houve uma atualização das Diretrizes GRI recentemente resultando na elaboração da quarta edição, ou G4 (GRI, 2013). Desta forma, conforme salienta GRI (2013, p.14): “a GRI continuará a reconhecer relatórios elaborados com base nas Diretrizes G3 e G3.1 por até dois ciclos completos. No entanto, relatórios publicados após 31 de dezembro de 2015 devem ser elaborados de acordo com as Diretrizes G4”.

As Diretrizes propostas pela GRI são, de fato, uma referência internacional para todos os que forem interessados na divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, social e econômico e o respectivo impacto nessas áreas. Desta forma, as Diretrizes GRI oferecem subsídios valiosos para a elaboração de relatórios que exijam esse tipo de informações. (GRI, 2013).

O relatório de sustentabilidade, para ser considerado conforme às Diretrizes GRI, devem possuir um nível de identificação com os chamados conteúdos padrão GRI. Tal relatório conforme a proposta da GRI possui dois grandes “conteúdos padrão”, quais sejam, o “conteúdo padrão geral” e o “conteúdo padrão específico”. (GRI, 2013).

No que tange ao “conteúdo padrão geral”, são apresentados alguns aspectos justificadores das escolhas do relatório, do perfil da empresa e de suas características. São, assim, avaliados os seguintes aspectos: 1) estratégia e análise; 2) perfil organizacional; 3) aspectos materiais identificadores e limites; 4) engajamento de *stakeholders*; 5) perfil de relatório; 6) governança; e 7) ética e integridade. (GRI, 2013).

Já no que se refere ao “conteúdo padrão específico”, este avalia os seguintes aspectos: 1) Informações sobre a forma de gestão e 2) Indicadores por aspectos

específicos. Esses últimos, os indicadores por aspectos específicos, são tratados de modo pormenorizada por meio de sua avaliação em três categorias principais: econômica, ambiental e social, sendo esta última categoria – social – subdividida em 4 subcategorias, sendo elas: práticas trabalhistas e trabalho decente, Direitos Humanos, sociedade e, por fim, responsabilidade pelo produto. Todas essas categorias e subcategorias são avaliadas por meio de diferentes aspectos, totalizando, na proposta GRI, uma perspectiva de 46 aspectos de avaliação. (GRI, 2013).

Assim, no relato de sustentabilidade GRI o relatório respectivo apresenta o resultado de avaliações divididas em duas grandes partes essenciais, subdivididas em uma série de categorias, subcategorias e aspectos relevantes, notadamente no que se refere ao conteúdo padrão específico.

A fim de melhor compreender-se os indicadores constantes do chamado “conteúdo padrão” do relatório conforme as diretrizes GRI, será apresentado o resumo abaixo. Aqui o objetivo não é aprofundamentos sobre o conteúdo padrão, mas traçar o panorama em que se possa extrair, com facilidade, no que é composto esse conteúdo padrão, suas partes, aspectos e informações relevantes de forma clara, precisa e concisa, para depois tecer-se a análise comparativa que se pretende realizar ao final da pesquisa:

QUADRO 2 – CONTEÚDO PADRÃO GRI

CONTEÚDO PADRÃO GERAL		
	PARTE	DESCRIÇÃO
	Estratégia e análise	Oferece uma visão estratégica geral da sustentabilidade na empresa, propiciando o contexto para a apresentação de informações mais detalhadas com base em outras seções das Diretrizes. Poderá basear-se em informações fornecidas em outras partes do relatório, contudo sua finalidade é oferecer perspectivas sobre tópicos estratégicos e não apenas resumir o conteúdo do relatório. Aqui deve ser inserida a declaração do principal tomador de decisões da empresa, seja seu diretor, presidente ou o que lhe faça as vezes, destacando qual o nível de importância da sustentabilidade para a tomada das decisões estratégicas da empresa bem como qual é a própria estratégia da empresa para o seu desempenho na sustentabilidade empresarial. Também deve ser identificada nessa parte as principais oportunidades, além dos riscos e impactos das decisões sobre sustentabilidade para os <i>stakeholders</i> .
	Perfil Organizacional	Oferece uma visão global das características da empresa, proporcionando o contexto para a apresentação de informações mais detalhadas com base em outras seções das Diretrizes. Aqui apresenta-se informações como nome da organização, marca, produtos e serviços fornecidos, localização da empresa e locais em que opera, número de empregados. Enfim, trata-se de uma descrição analítica da empresa em seus aspectos jurídico-organizacional-operacional.

	Aspectos materiais identificadores e limites	Oferece uma visão geral do processo adotado pela organização para definir o conteúdo do relatório, aspectos materiais identificados e seus limites e reformulações. Neste ponto insere-se informações dos relatórios financeiros das empresas envolvidas.
	Engajamento de <i>stakeholders</i>	Panorama do engajamento de <i>stakeholders</i> da organização durante o período coberto pelo relatório, sendo que, conforme salientado pela GRI, tal conteúdo não precisa se limitar ao engajamento apenas para fins de elaboração do relatório. Deve ser apresentada a sistemática adotada para a seleção e engajamento de <i>stakeholders</i> , demonstrando a abordagem que se adota, levantando-se os principais tópicos e preocupações durante o engajamento.
	Perfil de relatório	Aqui se pretende oferecer uma visão geral de informações básicas sobre o relatório além do sumário de conteúdo da GRI e a abordagem adotada para garantir a verificação externa. Imprescindível informações como o período de elaboração do relatório, data do relatório anterior mais recente e qual a periodicidade de emissão dos relatórios. A estrutura do relatório GRI propõe um sumário padrão em que se contenha as informações mínimas necessárias para que o relatório seja tido como em conformidade com as diretrizes GRI.
	Governança	Conforme consta do conteúdo padrão GRI, a transparência da estrutura e da composição dos órgãos da governança da organização é importante para ser assegurada uma condizente prestação de contas por parte de tais órgãos. Aqui se pretende descrever como o mais alto órgão de governança está estabelecido e estruturado para sustentar o objetivo da organização e como este estabelece relações com as dimensões econômicas, ambientais e sociais.
	Ética e integridade	Tem por objetivo oferecer uma visão global sobre quais são os valores, princípios, padrões e normas da organização bem como quais são seus mecanismos internos e externos para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação e como a organização proporciona meios internos e externos de comunicação sobre comportamentos tidos por não éticos ou incompatíveis com as normas da organização ou com a legislação vigente.
	CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS	
	Informações sobre a forma de gestão	
	Dados sobre a forma de gestão permitindo explicações de como os impactos econômicos, ambientais e sociais relacionadas a aspectos materiais são administrados pela empresa. Tais aspectos, ditos “materiais” são definidos pela empresa com base nos Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório e são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da empresa ou que influenciam sobremaneira as avaliações e decisões de <i>stakeholders</i> . Essas informações sobre a forma de gestão vêm em narrativas acerca de como a empresa identifica, analisa e responde aos seus impactos econômicos, ambientais e sociais materiais efetivos ou potenciais.	
	Indicadores por aspectos específicos	
	Os indicadores fornecem informações sobre o desempenho ou impactos econômicos, ambientais	

e sociais da organização relacionados aos seus aspectos materiais. Como já dito anteriormente, aspectos materiais são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da empresa ou que influenciam sobremaneira as avaliações e decisões de <i>stakeholders</i> .			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ASPECTOS	DESCRIÇÃO
ECONÔMICA		Desempenho econômico	Aqui devem ser relatadas informações sobre valor econômico direto gerado e distribuído, implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da empresa em decorrência de mudanças climáticas, a cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício definido da organização além de informações sobre recursos, auxílios e subvenções recebidas do Poder Público.
		Presença no mercado	Informações comparativas salariais em relação ao salário mais baixo, discriminado por gênero, face ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes além de dados sobre a proporção de membros da alta direção que foram contratados na própria comunidade local em unidades operacionais importantes.
		Impactos econômicos indiretos	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos e informações sobre impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos, podendo entre outros, envolver informações sobre mudanças na produtividade de organizações, setores ou da economia como um todo, desenvolvimento econômico em áreas com alto índice de pobreza, impacto econômico da melhoria ou deterioração das condições sociais ou ambientais e disponibilidade de produtos e serviços para pessoas de baixa renda.
		Práticas de compra	Proporção de gastos com fornecedores locais.
AMBIENTAL		Materiais	Materiais utilizados na organização e relacionados por peso e volume bem como relação de materiais utilizados que sejam provenientes de processos de reciclagem.
		Energia	Deve ser informado o consumo total de energia e combustíveis oriundos de fontes renováveis e não renováveis. Também deve trazer informações sobre o consumo de energia fora da empresa,

			intensidade energética, reduções de consumo de energia obtidas diretamente em decorrência de melhorias na conservação e eficiência e reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços .
		Água	Informações sobre o total de retirada de água e as fontes hídricas significativamente afetadas, bem como dados sobre o volume de água reciclada e reutilizada.
		Biodiversidade	Informações sobre as unidades operacionais da empresa dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas bem como a descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas. Também deve ser tratado dos habitats protegidos ou restaurados e número total de espécies incluídas na lista vermelha da <i>International union for conservation of nature</i> e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas em razão de atividades da empresa, discriminadas por nível de risco de extinção.
		Emissões	Neste aspecto serão tratadas das informações relativas às emissões diretas e as emissões indiretas de gases de efeito estufa, seja decorrente da aquisição de energia ou outras formas indiretas de emissões, além da intensidade dessas emissões e as ações para a sua redução. Também deve constar informações sobre as emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio e as emissões de óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas.
		Efluentes e resíduos	Aqui é tratado do descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação, também do peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição, número total e volume de vazamentos significativos, peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentual de resíduos transportados internacionalmente. Igualmente deve

				ser inseridas informações sobre a identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes e drenagem de água feitos em decorrência de atividades da empresa.
			Produtos e serviços	Neste aspecto se trata da extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços, informando até que ponto os impactos ambientais causados por produtos e serviços foram mitigados no decorrer do período coberto pelo relatório. Também deve constar o percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminado por categoria de produtos.
			Conformidade	Informações sobre o valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da inobservância da legislação ambiental.
			Transportes	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados.
			Geral	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo.
			Avaliação ambiental de fornecedores	Deve ser verificado o percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais e os impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores, bem como as medidas adotadas para coibir tais impactos.
			Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.
	SOCIAL	Práticas trabalhistas e trabalho decente	Emprego	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região. Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período. Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas

			por gênero
		Relações entre trabalhadores e empregadores	Informações sobre prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos ou convenções coletivas.
		Saúde e segurança no trabalho	Dados sobre o percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho. Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero. Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação. Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.
		Treinamento e educação	Neste tópico deve ser informado o número médio de horas de treinamento por ano de cada empregado, discriminado por gênero e categoria funcional. Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria. Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional.
		Diversidade e igualdade de oportunidades	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
		Igualdade de remuneração entre homens e mulheres	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes.
		Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas. Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.
		Mecanismos de	Número de queixas e reclamações

		queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas	relacionadas à práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.
	Direitos Humanos	Investimentos	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos. Dados sobre o número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados.
		Não discriminação	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.
		Liberdade de associação e negociação coletiva	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
		Trabalho infantil	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.
		Práticas de segurança	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações.
		Direitos indígenas	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.
		Avaliação	Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos.
		Avaliação de fornecedores em direitos humanos	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos. Impactos negativos significativos reais e

			potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.
	Sociedade	Comunidades locais	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local. Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.
		Combate à corrupção	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados. Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção bem como informações sobre casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.
		Políticas públicas	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.
		Concorrência desleal	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de traste e monopólio e seus resultados.
		Conformidade	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.
		Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionados a impactos na sociedade	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.
	Responsabilidade pelo produto	Saúde e segurança do cliente	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias. Número total de casos de não

				conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.
			Rotulagem de produtos e serviços	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências. Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados assim como os resultados de pesquisas de satisfação do cliente.
			Comunicação de marketing	Venda de produtos proibidos ou contestados. Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados.
			Privacidade do cliente	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.
			Conformidade	Valor monetário de multas significativas por desrespeito à legislação reguladora das relações de consumo.

FONTE: GRI, 2013, pp. 24-83

Portanto, pelo que se verifica do quadro acima, o conteúdo padrão do relatório GRI encontra-se dividido em duas grandes partes: conteúdo padrão geral e conteúdo padrão específico, dentro dos quais se subdividem diversos setores de informações. Com efeito, na parte que trata do “conteúdo padrão geral”, verifica-se informações sobre os seguintes aspectos: 1) Estratégia e análise; 2) Perfil Organizacional; 3) aspectos materiais identificadores e limites; 4) Engajamento de *stakeholders*; 5) Perfil de relatório; 6) Governança; e 7) Ética e integridade.

Por sua vez, no que se refere à segunda parte do relatório que trata do “conteúdo padrão específico”, tem-se a abordagem de informações relacionadas a três categorias: 1) Econômica; 2) Ambiental e 3) Social. Por sua vez a categoria Social divide-se em quatro subcategorias, quais sejam: 3.1) práticas trabalhistas e trabalho decente; 3.2) direitos humanos; 3.3) sociedade e 3.4) responsabilidade pelo

produto.

Dentro de cada categoria ou subcategoria do conteúdo padrão específico há diferentes aspectos que são considerados, conforme se pôde ver do quadro acima (quadro 1), tornando-se, desta forma, nítido que o relatório GRI oferece uma perspectiva universalista de diferentes dimensões e perspectivas a serem consideradas no perfil organizacional e operacional da empresa avaliada.

Tal como os aspectos verificados no conteúdo padrão do GRI, há diferentes dimensões que são avaliadas pelo ISE, sendo que em cada das dimensões correspondem certos critérios que oferecem os subsídios necessários para a elaboração do relatório. A tabela abaixo demonstra, de modo resumido, tais dimensões e critérios contantes do relatório ISE:

QUADRO 3 – RESUMO DAS DIMENSÕES E CRITÉRIOS DO ISE

DIMENSÃO	CRITÉRIOS
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> -Compromissos - Alinhamento - Transparência - Combate à corrupção
NATUREZA DO PRODUTO	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos pessoais do uso do produto - Impactos difusos do uso do produto - Cumprimento legal
GOVERNANÇA CORPORATIVA	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedade -Conselho de Administração - Gestão - Auditoria e fiscalização - Conduta e conflito de interesses
ECONÔMICO-FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none"> - Política - Gestão - Desempenho - Cumprimento legal
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Política - Gestão - Desempenho - Cumprimento legal
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Política - Gestão - Desempenho -Cumprimento legal
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Política - Gestão - Desempenho - Reporte - Avaliação de crédito e risco

FONTE: RIBEIRO, 2013, p. 117-118.

4.2 O NÍVEL DE APROXIMAÇÃO DOS INDICADORES ISE / GRI

Importa saber qual a correlação que se pode verificar entre os eixos de avaliação utilizados pelo ISE na avaliação de desempenho das empresas avaliadas, em comparação com as propostas de Diretrizes GRI.

Do panorama apresentado no Quadro nº 1, pode-se concluir que o índice GRI apresenta uma maior complexidade vez que possui as seguintes características conforme quadro abaixo:

QUADRO 4 – RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES GRI

Dimensões	Conteúdo Padrão Geral	Conteúdo Padrão Específico			TOTAL
		ECONÔMICO	AMBIENTAL	SOCIAL	
					4
%	13,20%	7,55%	22,65%	56,6%	100%
Quantidade	7	4	12	30	53

Fonte: A Autora.

Pelo que se verifica, o aspecto social ganha extrema importância, respondendo por mais da metade de todo o relatório de sustentabilidade e mais que o dobro do correspondente à dimensão ambiental.

Com efeito, a complexidade do relatório GRI e a preponderância da dimensão social faz com que alguns questionamentos sejam suscitados, colocando em discussão a eficiência e eficácia do “conteúdo padrão GRI” na sua capacidade de efetivamente retratar a sustentabilidade da empresa avaliada.

Nos dizeres de Silva (2011, p. 202-203):

Com as crescentes demandas que a Sustentabilidade busca abranger, não seria seguro alegar qual delas tem prioridade em relação às demais: a miséria e a pobreza, que assola, muitas vezes, um país inteiro, deve ser mais importante que a crescente emissão de gases de efeito estufa responsáveis pelas catástrofes mundiais? O assédio moral no interior das organizações é menos importante que a disparidade de empregados de etnias diferentes? As queimadas da floresta amazônica se sobrepõem ao caos nos trânsitos das grandes cidades metropolitanas?

Como é praticamente impossível determinar graus de relevância para os diversos temas, não se vê porque algumas dimensões devem ter

preponderância de indicadores.

In obstante, o conteúdo padrão GRI continua sendo um dos mais utilizados na elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial.

No que se refere ao ISE, seu conteúdo apresenta-se simplificado se em comparação com o GRI. Abaixo pode-se perceber:

QUADRO 5 – RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES ISE

								TOTAL
Dimensões	GER	NAP	GOC	ECF	SOC	AMB	MDC	7
%	13,79	10,35	17,24	13,79	13,79	13,79	17,25	100%
Quantidade	4	3	5	4	4	4	5	29

Legenda: GER = Geral; NAP = Natureza do Produto; GOC = Governança Corporativa; ECF = Econômico-Financeira; SOC = Social; AMB = Ambiental; MDC = Mudanças climáticas.

Fonte: A Autora.

Os desenvolvedores do ISE partem do conceito *Triple Botton Line* para a desenvolverem as dimensões que serão avaliadas (ROCHA, 2012) e não inova drasticamente, acrescentando dimensões relativas a governança corporativa e natureza do produto, além de considerações gerais e mudanças climáticas, sendo este um aspecto que poderia estar inserido no âmbito da dimensão ambiental, mas que preferiu-se tratar em apartado como uma dimensão isolada.

Analisando o Quadro 5 acima, pode-se constatar uma distribuição relativamente equânime das dimensões avaliadas, em que pese as dimensões ambiental e mudanças climáticas representarem juntas 31,04% do total de dimensões verificadas e que poderiam estar inseridas na mesma dimensão ambiental.

Resta verificar qual o nível de aproximação do conteúdo padrão GRI em relação ao ISE. Para isso é possível a análise do Quadro 6 abaixo:

QUADRO 6 – COMPARAÇÃO DE CONTEÚDOS E INDICADORES GRI X ISE

DIMENSÃO ISE	CRITÉRIOS ISE	Presença no GRI	Aspectos GRI relacionados
GERAL	-Compromissos	SIM	Estratégia e Análise
	- Alinhamento	SIM	Estratégia e Análise

	- Transparência	SIM	Governança
	- Combate à corrupção	SIM	Ética e integridade
NATUREZA DO PRODUTO	- Impactos pessoais do uso do produto	NÃO	
	- Impactos difusos do uso do produto	SIM	1) Cat. AMBIENTAL – produtos e serviços 2) Cat. SOCIAL – mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade
	- Cumprimento legal	SIM	Cat. SOCIAL - Conformidade
GOVERNANÇA CORPORATIVA	- Propriedade	SIM	Governança
	- Conselho de Administração	SIM	Governança
	- Gestão	SIM	Governança
	- Auditoria e fiscalização	NÃO	
	- Conduta e conflito de interesses	SIM	Governança
ECONÔMICO-FINANCEIRA	- Política	NÃO	
	- Gestão	NÃO	
	- Desempenho	SIM	Cat. ECONÔMICO – Desempenho econômico
	- Cumprimento legal	NÃO	
SOCIAL	- Política	SIM	1) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – emprego 2) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas. 3) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – não discriminação 4) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – liberdade de associação e negociação coletivas. 5) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – trabalho infantil. 6) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – trabalho forçado ou análogo ao escravo. 7) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – práticas de segurança.
	- Gestão	SIM	1) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E

			<p>TRABALHO DECENTE – emprego</p> <p>2) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – Relações entre trabalhadores e empregadores</p> <p>3) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – saúde e segurança no trabalho.</p> <p>4) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – treinamento e educação.</p> <p>5) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – diversidade e igualdade de oportunidades.</p> <p>6) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – igualdade de remuneração entre homens e mulheres.</p> <p>7) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – avaliação de formas e práticas trabalhistas.</p> <p>8) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas.</p> <p>9) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – não discriminação</p> <p>10) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – liberdade de associação e negociação coletivas.</p> <p>11) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – trabalho infantil.</p> <p>12) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – trabalho forçado ou análogo ao escravo.</p> <p>13) Cat. SOCIAL – subcat. DIREITOS HUMANOS – práticas de segurança.</p>
	- Desempenho	SIM	<p>1) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE – emprego.</p> <p>2) Cat. SOCIAL – subcat. PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE –</p>

			diversidade e igualdade de oportunidades.
	- Cumprimento legal	SIM	1) cat. SOCIAL – subcat. SOCIEDADE – conformidade 2) cat. SOCIAL – subcat. RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - conformidade
AMBIENTAL	- Política	SIM	1) Cat. AMBIENTAL – geral
	- Gestão	SIM	1) Cat. AMBIENTAL – materiais 2) Cat. AMBIENTAL – produtos e serviços 3) Cat. AMBIENTAL – geral
	- Desempenho	SIM	1) Cat. AMBIENTAL – energia 2) Cat. AMBIENTAL – água 3) Cat. AMBIENTAL – biodiversidade 4) Cat. AMBIENTAL – emissões 5) Cat. AMBIENTAL – efluentes e resíduos 6) Cat. AMBIENTAL – transportes
	-Cumprimento legal	SIM	1) Cat. AMBIENTAL – conformidade. 2) Cat. AMBIENTAL – avaliação ambiental e fornecedores. 3) Cat. AMBIENTAL – mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais.
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	- Política	NÃO	Tratados no aspecto ambiental
	- Gestão	NÃO	Tratados no aspecto ambiental
	- Desempenho	NÃO	Tratados no aspecto ambiental
	- Reporte	NÃO	Tratados no aspecto ambiental
	- Avaliação de crédito e risco	NÃO	Tratados no aspecto ambiental

Fonte: A Autora.

5 CONCLUSÃO

Pôde-se perceber como a questão da sustentabilidade empresarial tornou-se uma variável absolutamente imprescindível na tomada de decisões empresariais no mundo atual.

A questão sustentabilidade empresarial reflete um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, consistente este em uma forma de buscar o crescimento econômico-financeiro sem descuidados com as questões ambientais e sociais, de modo a otimizar-se os recursos naturais em prol de uma maximização econômica da empresa e uma minimização do impacto deste crescimento no meio ambiente e na sociedade em que se insere diretamente ou que exerce algum influência.

Com a preocupação do crescimento sustentável, tem-se que a preocupação latente do crescimento econômico empresarial não se dissocia, a partir de então, da preservação dos recursos naturais para as futuras gerações, igualmente visando a melhoria da qualidade de vida e do retorno social que a empresa pode obter com a sua atividade.

Abandona-se, desta forma, um conceito de empresa alicerçada unicamente na vertente econômica como única preocupação. Doravante, a partir dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade empresarial, soma-se ao aspecto econômico, a preocupação pelo meio ambiente e pelo alcance social da empresa.

Práticas sustentáveis são desenvolvidas e aprimoradas, de modo a oportunizar à empresa uma participação efetiva no processo de desenvolvimento sustentável, de modo à concretização do conceito.

Assim, a questão da sustentabilidade empresarial passou a influenciar decisivamente os *stakeholders* de modo que esta variante estabeleceu-se como decisivo na tomada de decisões empresariais e no próprio desempenho econômico da organização perante o mercado de capitais.

Assim sendo, aliado às práticas sustentáveis, tornou-se preocupação latente o estabelecimento de índices que pudesse mensurar adequadamente os níveis de comprometimento com tais práticas sustentáveis, visando o estabelecimento de critérios mais ou menos objetivos, seguros e confiáveis, a fim de se obter informações adequadas e confiáveis acerca do real nível de sustentabilidade de uma organização.

Tais índices, a par de demonstrar com confiança o nível de sustentabilidade empresarial, reflete, desta forma, padrões de rentabilidade dos ativos da organização, vez que o mercado passa a valorizá-las a depender dos níveis de sustentabilidade aferidos em tais índices.

Foram criados vários métodos e relatórios que busca a aferição de referidos índices de sustentabilidade, sendo que o que vem sendo considerado o principal a nível mundial é o índice desenvolvido pela *GRI – Global Reporting Initiative* e, a nível nacional, destaca-se o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial mantido pela BM&F/Bovespa.

Através do presente estudo, sem maiores pretensões, buscou-se conhecer referidos índices, de modo que, ao final, se pudesse compará-los, ainda que sumariamente, traçando algumas reflexões em comparado acerca dos níveis de aproximação um do outro.

Assim sendo, analisando a estrutura e composição dos indicadores, aspectos e âmbitos de avaliação constantes em ambos relatórios, pode-se concluir que ambos partem da perspectiva *Triple Bottom Line* (TBL) proposta por John Elkington, a fim de serem analisados, essencialmente aspectos baseados em três grandes eixos, quais sejam, aspectos econômicos, aspectos sociais e aspectos ambientais.

Pelo que se verifica dos aspectos fundamentais tratados pelo relatório GRI, este apresenta-se mais detalhista, complexo, diante dos 53 indicadores (aspectos) considerados na sua elaboração, tratados como “conteúdo padrão GRI”, ao passo que o relatório de sustentabilidade ISE pode ser visto sob o aspecto de maior concisão e simplificação.

Tal constatação deve-se ao fato de que o relatório GRI baseia-se em 53 indicadores diferentes, ou seja, considera na sua composição 53 aspectos diferentes, ao passo que o relatório ISE utiliza-se de 29 indicadores.

Inobstante ser detalhista e complexo se comparado ao ISE, o GRI parte de uma base de informações alicerçada em 3 eixos fundamentais, tal como a proposta inicial do *Triple Bottom Line* (TBL), quais sejam, econômico, respondendo por 7,55% das informações do relatório, ambiental, respondendo por 22,65%, e social, o qual corresponde a 56,6% do relatório. Ao contrário, o ISE tem seu conteúdo alicerçado em um eixo de 7 aspectos considerados e bem equalizados conforme demonstrado no quadro nº 5.

Do total de aspectos considerados no ISE – 29 critérios – 19 deles encontram

relação com indicadores constantes do GRI, conforme verificado no quadro 6, de modo que o ISE tem indicadores semelhantes em um grau de aproximação de 65,55%.

REFERÊNCIAS

BEATO, Roberto Salgado; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara dos Santos. Rentabilidade dos Índices de Sustentabilidade Empresarial em Bolsas de Valores: um estudo do ISE/Bovespa. **RAI – Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, vol. 6, núm. 3, setembro-dezembro, 2009, pp. 108-127.

CAPRA, Fritjof. **The Hidden Connections – a science for sustainable living**. New York: Anchor Books, 2002.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.9, n.38, 2007.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique; DOURADO, Gilson Barbosa; SILVA, Simone Freire. Global Reporting Initiative (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 17-38, set/dez., 2012.

CORRÊA, Michael Dias. **Relação entre o nível de divulgação ambiental e o desempenho ambiental das empresas componentes do índice Bovespa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, 75f.

ELKINGTON, John. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v. 36, n.2, p. 90-100, 1994.

GODOI, Christiane Kleinübing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, M. et al. **Balanco Social: Convergências e Divergências entre os**

modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS. In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças , 2007, Florianópolis: UFSC, v.I, p. 25-29, 2007.

GRI, Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relato de sustentabilidade – G4. Princípios para relato e conteúdos padrão.** 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em 03 de out. de 2014.

GRI, Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relato de sustentabilidade – G4. Manual de Implementação.** 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-Two.pdf>>. Acesso em 03 de out. de 2014.

GRI, Global Reporting Initiative. **Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade – G3.** 2007. Trad. João Inácio. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em 03 de Out. de 2014.

GRI, Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade.** 2002. Traduzido por: Fabio Feldman, Christopher Wells, Carmen Weingrill, Instituto Ehtos. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/guidelines/2002/2002Portuguese_B.pdf>. Acesso em: 22 de Ago. de 2014.

KRAEMER, M.E.P. **Responsabilidade social – uma alavanca para sustentabilidade.** Gestão Ambiental, Foz do Iguaçu, PR, 2004. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20CONTABILIDADE%20COMO%20ALAVANCA.PDF>. Acesso em 13 de Set. 2014.

KROETZ, C.E.S. **Balanço Social: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

MAIA, Andrei Giovani.; PIRES, Paulo dos Santos. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, art. 214, p. 177-206, 2011. Disponível em<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/4262/uma-compreesao-da>

sustentabilidade-por-meio-dos-niveis-de-complexidade-das-decisoes-organizacionais/i/pt-br>. Acesso em 19 de Ago. 2014.

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report Editora, 2010.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MÜLLER, Cláudio José. **Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos (MEIO – Modelo de Estratégia, Indicadores e Operações)**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, 292f.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do Trabalho Científico**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em Administração**; São Paulo, V.1, Nº3, 2º Sem./1996.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991, XVIII, 430p.

ONO, Fabiane Zoraia Tribess. **Informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras: enfoque na contabilidade da gestão ambiental**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, 124f.

OLIVEIRA, A.L. de. **SA 8000 O modelo ISO-9000 aplicado à Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

ROCHA, Tatiana Aparecida Coelho. **Análise do relatório GRI enquanto ferramenta para mensuração da sustentabilidade empresarial**. Dissertação (Mestrado em

Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012, 247f.

RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura. **Cognição e sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, 214f.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCANDELARI, V.R.N. **Inovação e sustentabilidade: ambidestralidade e desempenho sustentável na indústria eletrônica.** Tese (Doutorado em Administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2011, 360f.

SILVA, Eduardo Augusto da. **O peso das palavras, o choque dos ideais: uma análise crítica dos indicadores da Sustentabilidade como critérios para a Gestão da Comunicação Organizacional.** Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2011, 240f.

VILLANI, C.L.; RIBEIRO, M.S. Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças.** v. 20, n. 49, p. 25-43, 2009.